

O FLUXO DE CAIXA NAS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS: UM ESTUDO PARA AS EMPRESAS VAREJISTAS DE AUTOPEÇAS DO SETOR CAMPINAS

Tatiane Mayara A. de L. Almeida¹
Lúcio Ismael de Alvarenga²

RESUMO

É notório e inquestionável o fato de que a Administração Financeira tem ganhado maior espaço gerencial nas empresas, devido a sua contribuição para que estas possam alcançar seus objetivos organizacionais e, de fato, manterem-se no mercado. Esse artigo tem como objetivo geral estudar a importância do fluxo de caixa para as micro e pequenas empresas, com destaque para os varejistas de autopeças do setor Campinas, em Goiânia - GO. Para levantar as informações acerca do problema, foi realizada a coleta de informações em pesquisa de campo por meio de questionário, na qual foi possível confirmar que o fluxo de caixa é uma ferramenta utilizada pela maioria dos entrevistados, porque é de fácil elaboração e demonstra a realidade da empresa, tornando-a importante e imprescindível para o planejamento financeiro da mesma. As empresas que realizam o planejamento financeiro conseguem manter uma boa saúde econômica e financeira perante o mercado, conseguindo prever as possíveis faltas de caixa e tomar ações preventivas mais eficazes na gestão dos impactos causados pela escassez e custo dos recursos financeiros.

Palavras-Chave: Administração Financeira, Planejamento Financeiro, Fluxo de Caixa

1. INTRODUÇÃO

Segundo o Estatuto da Micro e Pequena Empresa, microempresa é aquela que auferir receita anual igual ou inferior a R\$ 240.000,00 (duzentos e quarenta mil reais) e Empresa de Pequeno Porte (EPP) aquela cuja receita bruta anual é maior do que R\$ 240.000,00 (duzentos e quarenta mil reais) e igual ou inferior a 2.400.000,00 (dois milhões e quatrocentos mil reais). Já os estados utilizam vários critérios para classificar as empresas de acordo com a situação econômica e fiscal e o Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE, 2011), além

¹ Acadêmica do 8º período do curso de Administração de Empresas da Faculdade Unida de Campinas - FacUNICAMPS.

² Economista. Administrador e Administrador Público. Especialista em Economia de Empresas. Mestre em Administração. Professor da Faculdade Unida de Campinas - FacUNICAMPS.

de utilizar os critérios abarcados pelo Estatuto da Micro e Pequena Empresa, ainda classifica as empresas de acordo com a quantidade de funcionários, assim classificando empresas com até 09 (nove) funcionários, como microempresa, enquanto que a Empresa de Pequeno Porte possui de 10 (dez) a 49 (quarenta e nove) funcionários. Nesta pesquisa, será utilizado o conceito definido pelo SEBRAE.

O Banco Nacional de Desenvolvimento (BNDES) afirma que as micro e pequenas empresas são responsáveis por 52,3% do emprego formal no País, o que equivale a 13 milhões de trabalhadores e o SEBRAE (2011) complementa que elas representam 98% do mercado brasileiro e 20% do Produto Interno Brasileiro (PIB) o que as torna essencial para a estabilidade social e econômica do país.

As micro e pequenas empresas são muito importantes para a economia brasileira. Ainda segundo o SEBRAE (2011) elas respondem por 99,8% das empresas que são criadas a cada ano e conforme esta mesma Instituição, 24,1% destas empresas fecham as portas com menos de dois anos de existência por falta de capital de giro e planejamento financeiro.

Percebe-se que a administração financeira é um quesito essencial para a sobrevivência destas empresas no mercado e para que estas possam realizar a sua administração financeira adequadamente é necessário utilizar diversas ferramentas contábeis para facilitar as tomadas de decisões quanto ao destino de seus recursos, sendo que umas destas ferramentas é o fluxo de caixa, o que levou a pesquisa a se assentar na seguinte problemática: Qual a importância do fluxo de caixa nas micro e pequenas empresas varejistas de autopeças do setor Campinas em Goiânia?

Diante da problemática, o objetivo geral do estudo foi estudar a importância do fluxo de caixa nas micro e pequenas empresas varejistas de autopeças do setor Campinas em Goiânia, tendo como objetivos específicos para elucidar o problema: (i) entender o que é o fluxo de caixa e sua importância para o planejamento financeiro; (ii) identificar se as micro e pequenas empresas utilizam o fluxo de caixa; (iii) verificar como o fluxo de caixa auxilia na tomada de decisão.

Por meio do fluxo de caixa, os empresários conseguirão visualizar a situação financeira da empresa em determinado período, facilitando a tomada de decisão quanto aos destinos de seus recursos, o que justifica a necessidade de estudos científicos visando o despertar do interesse e necessidade da aplicação do fluxo de caixa em todas as organizações, em especial naquelas que não médias ou

grandes e que estão em fase inicial de atividades, sem terem elaborado seu planejamento de negócios.

O estudo realizado auxiliará aos micro e pequenos empresários amostrados a entender a importância da aplicação do fluxo de caixa na organização e, quando aplicado corretamente, o quanto facilitará no levantamento de informações financeiras da empresa, o que suportará melhor a tomada de decisão no tocante ao planejamento financeiro empresarial.

2. REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA

A administração financeira afeta diretamente as pessoas e as empresas e nas organizações devido às mudanças que vêm ocorrendo nos cenários econômicos, esta área se torna cada vez mais importante e suas atividades mais complexas.

Outro fator de grande relevância para a administração financeira é a globalização das atividades empresariais, as quais passam a demandar administradores financeiros capazes de ajudar as empresas a gerir fluxos de caixa em diversas moedas e auxiliar as empresas na proteção dos riscos das transações internacionais, Gitman (2004).

O Brasil é considerado um país burocrático por causa das altas cargas tributárias e pouco acesso ao crédito, o que faz com que a administração financeira seja de suma importância dentro das empresas, independente do seu porte, pois esta tem o objetivo de maximizar as riquezas dos acionistas da empresa.

Dentre as suas principais funções estão: planejar, controlar, orçar, prever, investir, financiar, cobrar, entre outros, com diversos enfoques como: valores de retorno, liquidez, endividamento, eficácia operacional, fusões, aquisições, etc., sendo o seu estudo importante porque os recursos financeiros estão presentes em todas as atividades administrativas, econômicas, sociais e tecnológicas, afirmam Júnior, Rigo e Cherobim (2005).

De acordo com Santos e Veiga (2011) a administração financeira de uma organização não é fácil e merece atenção especial, principalmente nas micro e

pequenas empresas, para que, por meio de um planejamento financeiro correto, diminuam-se as possibilidades de mortalidade das mesmas.

O principal responsável pela administração financeira nas organizações deve ser o administrador financeiro, sendo este responsável pela saúde econômica e financeira da empresa. Acontece que, na maioria das micro e pequenas empresas, esta função é desempenhada pelo proprietário, que muitas vezes não tem o conhecimento necessário para a boa gestão da área financeira.

De acordo com Gitman (2004) nem sempre é fácil distinguir administração financeira de contabilidade. Entretanto, existem duas diferenças básicas entre elas, que estão relacionadas com a ênfase no fluxo de caixa e na tomada de decisões.

No primeiro caso, a contabilidade utiliza o regime de competência (aquele no qual se reconhecem as receitas no momento da venda, independente do recebimento do pagamento, e as despesas, assim que são realizadas), enquanto que a administração financeira utiliza o regime de caixa (aquele no qual o lançamento se dá no momento das entradas e saídas efetivas do caixa). No tocante às tomadas de decisões, na maioria dos casos, a contabilidade dedica a maior parte da atenção em coletar e apresentar os dados, enquanto que os administradores financeiros avaliam as demonstrações contábeis, produzem dados adicionais e tomam as decisões com base na avaliação do retorno e risco da transação.

Júnior, Rigo e Cherobim (2005), dizem que as decisões financeiras ocorrem ao longo do tempo e são classificadas como decisões financeiras de curto prazo – aquelas que se referem às atividades normais da empresa, ao dia-a-dia – e as decisões de longo prazo – quando envolvem estratégias de financiamento e investimento.

Para as tomadas de decisões desta área, a administração financeira busca informações internas (da empresa) e externas (do mercado ou ambiente). As informações da empresa podem ser de curto prazo (volume de vendas, contas a pagar ou receber, receitas ou despesas) ou longo prazo (aplicação ou captação de recursos, dívidas adquiridas) que podem ser captadas dos relatórios contábeis e que na maioria das vezes fazem parte de um sistema de informação gerencial. Já as informações externas podem ser obtidas por diversos meios, como, jornais, revistas, concorrentes, fornecedores, entre outros e tratam das tendências de mercado, ações da concorrência, decisões política econômica, de acordo com Júnior, Rigo e Cherobim (2005).

Para se ter uma gestão de recursos financeiros adequada são necessárias informações confiáveis e precisas, pois elas são fundamentais para o planejamento financeiro auxiliando para que os gestores tenham rapidez nos processos de tomadas de decisões, garantindo assim a competitividade da empresa no mercado.

De acordo com Padoveze (2010), as informações ainda precisam ser rápidas e exatas, porque a informação atrasada é inválida e faz parte de arquivo morto de dados; além do que a informação estimada dentro do prazo é mais importante do que a informação precisa e atrasada.

2.2 INTERDISCIPLINARIDADES DA ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA

Como as demais áreas da administração, a administração financeira é interdisciplinar, ou seja, ela tem uma relação direta com diversas outras áreas e como as decisões normalmente são avaliadas em termos financeiros, a administração financeira justifica a sua necessidade de interdisciplinaridade com as outras áreas.

De acordo com Júnior, Rigo e Cherobim (2005), as áreas mais ligadas à administração financeira são:

- Economia: por meio da microeconomia e macroeconomia, onde a primeira auxilia na compreensão do comportamento da empresa no mercado e a segunda na relação da empresa com o mundo e seu sistema econômico;
- Matemática e estatística: a relação com a área de finanças se estabelece no momento de mensurar as medidas quantitativas, explicativas e preditivas na criação de valor;
- Direito: a empresa opera dentro de leis e normas e o conhecimento delas auxilia nos processos das atividades e oportuniza novos negócios;
- Contabilidade: por meio dos registros de operações financeiras onde as informações são registradas independente de recebimento ou pagamento;
- Ciência da Computação: auxilia com os softwares ou programas para facilitar os controles operacionais, pois hoje é difícil realizar os controles para as tomadas de decisões sem o auxílio do computador.

A interdisciplinaridade da administração financeira é tão sincronizada com a organização que além dela se relacionar com a área da empresa, ela também se relaciona diretamente com os setores.

Conforme abordam Júnior, Rigo e Cherobim (2005, p. 13):

Administração de Pessoas faz-se a previsão das necessidades de pessoal técnico, operacional e gerencial para atuar nos projetos em estudos.

A área de Operações atua no orçamento das suas atividades e no estabelecimento de políticas de estoque, análise dos custos de produção e cálculo do ponto de equilíbrio.

No Marketing estabelece políticas de preços, prazos de pagamento, políticas de descontos, margens de lucro e políticas de crédito, e procuram criar e manter a boa imagem da empresa no mercado.

A área de Pesquisa e Desenvolvimento discute o nível de gastos com desenvolvimento de novas tecnologias e as possíveis formas de financiamento para as atividades de P&D.

Percebe-se que a administração financeira está ligada a todas as áreas e setores de uma organização e para que ela atenda seu objetivo principal é extremamente necessário realizar um planejamento adequado englobando toda a empresa.

2.3 PLANEJAMENTO FINANCEIRO

“Planejamento financeiro é um aspecto importante das atividades da empresa porque oferece orientação para a direção, coordenação e o controle das providências tomadas pela organização para que atinja seus objetivos” (GITMAN 2004, p. 92).

Ross, Westerfield e Jaffe (2010) dizem que é por meio do planejamento financeiro que as organizações conseguem adotar políticas para assegurar o seu crescimento e rentabilidade através do estabelecimento de diretrizes de mudança, o que obriga a empresa a pensar sobre meta, visto que esta é o índice de crescimento mais adotado pelas mesmas.

O planejamento financeiro estabelece o método como as metas serão atingidas, ou seja, é uma declaração do que deve ser feito num período futuro e para Padoveze (2010, p.58) “o passado só é importante se possibilitar uma ação futura”. Para realizar este planejamento é feita uma análise de todos os projetos da empresa e o levantamento do capital necessário para a concretização de cada projeto.

Na realização do planejamento é necessário o envolvimento de todos os departamentos da empresa, para que este possa projetar a real situação financeira

da organização, porém, o planejamento financeiro é um exercício dinâmico, devendo ser revisado sempre para que possa projetar o mais próximo possível a realidade da empresa.

Ross, Westerfield e Jaffe (2010) aconselham que no planejamento financeiro sejam analisados os seguintes aspectos: pior cenário, cenário normal e o melhor cenário para que sejam identificadas todas as interações com o mercado, as opções disponíveis e viabilidade de aplicação visando obter alternativas, caso aconteça algo diferente do planejado.

De acordo com Gitman (2004) para os planejamentos financeiros são necessários dois elementos essenciais: planejamento de caixa – envolve a elaboração do orçamento de caixa – e planejamento de resultados – elaboração das demonstrações projetadas –, para que seja iniciado o processo de elaboração de planejamento é necessário elaborar os planos financeiros de longo e curto prazo que são definidos conforme abaixo:

a) Longo prazo ou estratégico: orientam as empresas na direção de suas metas estratégicas e baseiam-se as formulações de planos e orçamentos de curto prazo;

b) Curto prazo ou operacionais: determinam as providências financeiras de curto prazo e o impacto previsto dessas providências, facilitando a implantação dos objetivos estratégicos de longo prazo da empresa.

Nas micro e pequenas empresas as ferramentas e os recursos gerenciais são praticamente inexistentes e ao realizar o planejamento as empresas utilizam diversas ferramentas financeiras para facilitar a gestão e uma destas ferramentas é o fluxo de caixa, que auxilia no planejamento e controle dos recursos financeiros, possibilitando a visualização do seu equilíbrio financeiro e tornando as tomadas de decisões mais sólidas e rápidas.

2.4 ORÇAMENTO

A prática de orçar é muito comum desde civilizações antigas. Esta tratativa em prever necessidade foi utilizada pela humanidade para atingir os objetivos individuais, grupais e/ou organizacionais. Lunkes (2009, p. 27) conceitua orçamento como “um plano dos processos operacionais para um determinado

período. Ele é uma forma representativa dos objetivos econômico-financeiros a serem atingidos pela organização”.

Frezatti (2009, p. 47) complementa que: “o orçamento surge como sequência à montagem do plano estratégico, permitindo focar e identificar, num horizonte menor, de um exercício fiscal, as suas ações mais importantes”.

Quando os investidores alocam recursos em uma organização produtiva, eles pretendem obter um retorno financeiro adequado; e para que isto ocorra é importante que a empresa tenha um planejamento e controle, que podem ser obtidos por meio do orçamento, motivo que o torna um importante instrumento de gestão financeira. Mesmo que seja muito bem elaborado, se o orçamento não exercer controle sobre os resultados projetados, este não terá utilidade gerencial.

De acordo com Hoji (2009, p. 130):

Os orçamentos expressam, quantitativamente, as políticas de compras, produção, vendas, recursos humanos, gastos gerais, qualidade e tecnologia. Os gerentes de departamentos, devem implementá-los de acordo com os planos de ação, e acompanhar os resultados, corrigindo os eventuais desvios detectados.

Lunkes (2009) diz que não existe um período de duração pré-determinado para o orçamento, da mesma forma que não existe uma função específica para coordenar eles e nem um modelo padrão, estas decisões serão tomadas de acordo com cada empresa que montará uma matriz que atenda as suas necessidades.

Frezatti (2009) diz que a montagem do orçamento se divide em duas etapas: operacional – consiste nos planos que dão condições de estruturação das atividades integrando estas atividades as operações – e financeira – tradução das atividades para a linguagem monetária. No caso dos estudos apresentados, o orçamento mais relevante é orçamento de caixa que se encontra inserido na etapa financeira e que também é conhecido como fluxo de caixa.

2.5 FLUXO DE CAIXA

Fluxo de caixa é um instrumento de controle que auxilia o administrador nas tomadas de decisões sobre a situação financeira da empresa, tanto no seu dia-a-dia como no planejamento e decisões estratégicas. Neste relatório gerencial, os custos fixos e variáveis ficam evidentes, permitindo um controle efetivo sobre determinadas questões empresariais, apontando as sobras e faltas de recursos num

determinado período. De acordo com Santos e Veiga (2011), estas previsões não são obrigatórias, mas contribui para o acompanhamento da empresa, propiciando ao administrador elaborar um planejamento correto.

A organização que planeja o fluxo de caixa consegue prever antecipadamente sua capacidade de pagamento antes de assumir seus compromissos financeiros e têm um planejamento adequado para os períodos de sazonalidade do mercado.

Júnior, Rigo e Cherobim (2005, p. 421) dizem que “a projeção do fluxo de caixa tem a finalidade de verificar se as entradas e saídas de caixa, previstas para determinado período, apresentarão excedentes ou não de caixa” e ainda revelam que quando a empresa conhece esta projeção é mais fácil para ela consolidar ou redefinir a forma de utilização dos seus recursos, visando o suprimento de suas necessidades ou realizando aplicações dos excedentes indicados.

Gitman (2004) contribui dizendo que a empresa que planeja o fluxo de caixa mantém a solvência, cumpre suas obrigações e adquire ativos necessários para alcançar seus objetivos e que independente do seu resultado a empresa precisa ter um fluxo de caixa suficiente para saldar as suas obrigações.

As visualizações das movimentações financeiras no fluxo de caixa não podem ser consideradas como lucro, mas como a quantidade de dinheiro de um determinado período no qual deve manter um nível de liquidez para que possa saldar os compromissos da empresa.

De acordo com Santos e Veiga (2011, p. 90):

Previsão de fluxo de caixa é o estudo de etapas passadas, registradas adequadamente na contabilidade e que podem possibilitar um número maior de acertos com relação aos futuros pagamentos de compromissos, investimentos e adequação ao prazo de captação (empréstimo) de recursos.

Não existe um modelo padrão de fluxo de caixa. Cada empresa deve adaptar o seu, de acordo com a sua necessidade; a previsão pode ser dividida em períodos e normalmente contempla vários meses ou anos, Santos e Veiga (2011, p. 90) afirma que “o exercício constante de analisar o projetado e realizado proporciona uma experiência e prática ao responsável por elaborar o fluxo de caixa”.

O fluxo de caixa deve ser planejado por meio da análise do controle de contas a pagar, contas a receber, projeção de vendas e acompanhamento de saldos bancários, buscando informações em todos os setores contábeis que possa gerar

entrada ou saída de recursos financeiros e os envolvidos devem conhecer todo o processo do ciclo operacional da empresa.

De acordo com Ross, Westerfield e Jaffe (2010, p. 43) “os cálculos de fluxo de caixa não são difíceis, mas exigem cuidados e atenção especial aos detalhes; talvez o fluxo de caixa seja o item mais importante que pode ser extraído das demonstrações financeiras da empresa”.

As empresas podem realizar dois planejamentos financeiros: a curto prazo e a longo prazo, sendo que a diferença mais significativa entre eles é a duração das séries.

Ross, Westerfield e Jaffe (2010), dizem que o planejamento de curto prazo envolve as entradas e saídas no período máximo de um ano, contendo pelo menos dois elementos: os investimentos e os financiamentos de ativos circulantes, enquanto os planejamentos de longo prazo possuem mais alguns elementos, como: previsão de vendas, demonstrações projetadas, necessidades de ativos e financiamentos, variável de fechamento e premissas econômicas, independente do tamanho, produto e empresa que adota o fluxo de caixa.

Os modelos de planejamento financeiro são muito criticados. Em primeiro lugar, porque não indicam quais são as melhores políticas financeiras, e, em segundo, porque são excessivamente simples, afirmam Ross, Westerfield e Jaffe (2010).

Os fluxos de caixa podem ser divididos em:

- a) Fluxos operacionais: entradas e saídas diretamente associadas às vendas e a produção de bens ou serviços decorrentes do objetivo social da empresa;
- b) Fluxos de investimento: compras e vendas de ativos imobilizados que dão suporte às atividades operacionais e a participação em outras empresas;
- c) Fluxos de financiamento: resultado das operações de captação de recursos de terceiros e capital próprio

Gitman (2004) diz que do ponto de vista financeiro, as empresas devem se preocupar com o fluxo de caixa operacional e com o fluxo de caixa livre. O fluxo de caixa operacional é aquele que a empresa consegue gerar nas suas atividades operacionais regulares (produção e venda de bens ou serviços) e o fluxo de caixa livre representa o volume disponível para os investidores (credores e proprietários)

após a cobertura de todas as necessidades operacionais e o pagamento de investimentos em ativos permanentes e ativos circulantes líquidos pela empresa.

O fluxo de caixa é uma ferramenta usada nas tomadas de decisões, mas existem outras demonstrações contábeis que são utilizadas para fins gerenciais como é o caso da Demonstração de Fluxo de Caixa (DFC).

2.6 DEMONSTRAÇÃO DE FLUXO DE CAIXA

De acordo com Ribeiro (2009, p. 341) “a Demonstração de Fluxo de Caixa (DFC) é um relatório contábil que tem por fim evidenciar as transações ocorridas em determinado período e que provocam modificações no saldo da conta Caixa”.

A grande diferença entre o fluxo de caixa e a DFC é que o primeiro é a movimentação das entradas e saídas de dinheiro da empresa e o segundo é uma demonstração sucinta envolvendo os fluxos de dinheiro registrados a débito (entradas) e a crédito (saídas) da conta Caixa.

Assim como diversos relatórios contábeis, não existe um modelo de DFC definido e cada empresa deverá adotar o que melhor demonstre as suas movimentações. Apesar da DFC não ser um relatório obrigatório por lei no Brasil, quando elaborada, deve destacar os três tipos de atividades: operacional, financiamentos e investimentos, independentemente do método de elaboração.

Para a elaboração da DFC, existem dois métodos clássicos: o direto e o indireto. De acordo com Marion (2007), o método direto é aquele que demonstra as entradas e saídas de dinheiro e que são informadas a fonte e aplicação do mesmo, enquanto que no método indireto, as variações no caixa são originárias das atividades operacionais e identificadas pela mudança do capital de giro da empresa.

Matarazzo (2008, p. 364) destaca os principais objetivos da DFC:

- a) avaliar alternativas de investimentos;
- b) avaliar e controlar ao longo do tempo as decisões importantes que são tomadas na empresa, com reflexos monetários;
- c) avaliar as situações presente e futura do caixa na empresa, posicionando-a para que não chegue a situações de iliquidez;
- d) Certificar que os excessos momentâneos de caixa estão sendo devidamente aplicados.

Como se pode perceber, este demonstrativo facilita o planejamento de forma adequada às reais necessidades da empresa, evitando que os recursos fiquem parados em caixa ou até mesmo que a empresa sofra pela falta de recursos

para liquidar seus compromissos, o que justifica que a elaboração da DFC auxilia os processos de tomadas de decisões gerenciais nas empresas.

3. METODOLOGIA

Para o presente estudo, de início, foi feita pesquisa bibliográfica. De acordo com Severino (2007), as pesquisas bibliográficas devem anteceder todos os tipos de pesquisas e é feita por meio de documentos já publicados em outras pesquisas e/ou outros documentos.

Adicionalmente, para levantamento e apropriação das informações acerca do problema foi realizada a coleta de dados, mediante pesquisa de campo. Para Marconi e Lakatos (2003, p. 186), “pesquisa de campo é aquela utilizada com o objetivo de conseguir informações ou conhecimentos acerca de um problema para o qual se procura uma resposta e descobrir novos fenômenos ou a relação entre eles”.

Dessa forma, para consecução desta modalidade de pesquisa, utilizou-se o questionário como instrumento de coleta dos dados, compondo-o com perguntas fechadas e de múltipla escolha, num total de 13 (treze) questões ofertadas aos respondentes. Como ensinam Marconi e Lakatos (2003, p. 201) “questionário é um instrumento de coleta de dados, constituído por uma série ordenada de perguntas, que devem ser respondidas por escrito e sem a presença do entrevistador”.

De um total de 160 (cento e sessenta) associados à Associação Goiana de Empresários de Auto Peças (AGEAP), e utilizando-se da estimação do tamanho da amostra para estudos qualitativos com população finita, chegou-se a 73 (setenta e três) respondentes como população estatística significativa para a pesquisa. Seja em reunião ordinária, ocorrida no dia 09 de abril de 2012, às 19h00, na qual se fizeram presentes os próprios empresários e/ou seus respectivos representantes associados; seja no período compreendido entre 20 a 30 de abril de 2012, por meio eletrônico para os associados que não estiveram presentes naquela reunião, conseguiu-se êxito pleno na investigação, conforme se comprovará quando da análise dos dados, item 4 do presente artigo.

3.1 BREVE HISTÓRICO DA ASSOCIAÇÃO

A AGEAP foi fundada em 1977, quando o segmento de autopeças sentiu a necessidade de se unir devido ao crescimento do setor. Esta Associação teve um papel importante na organização comercial desse segmento de negócios, devido à evidente e intensa união dos empresários que nele atuam.

Atualmente, a AGEAP conta com 160 (cento e sessenta) associados no estado de Goiás e está instalada à Av. Mato Grosso 765, Quadra 122 Lote 07 - Setor Campinas, em Goiânia, tendo como atual presidente o empresário Jayme Marciano.

A AGEAP vem sempre buscando benefícios para o segmento que representa, visando contribuir para o crescimento de todos os seus associados por meio de diversas parcerias e serviços que beneficiam não só as empresas como também os empresários e seus colaboradores.

4. ANÁLISE DE DADOS

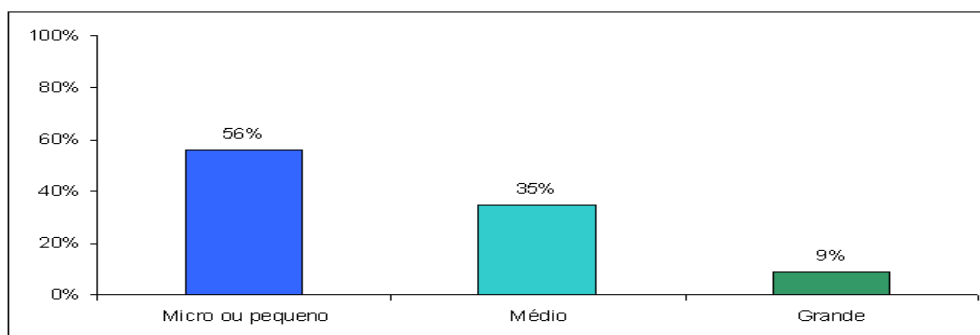


Gráfico 1 – Porte da Empresa

Fonte: Dados da pesquisa 2012/1.

De acordo as respostas obtidas para este primeiro questionamento, 56% são micro e pequenas empresas, representando a maior parte dos respondentes, enquanto que 35% são médias empresas e 9% grandes empresas.

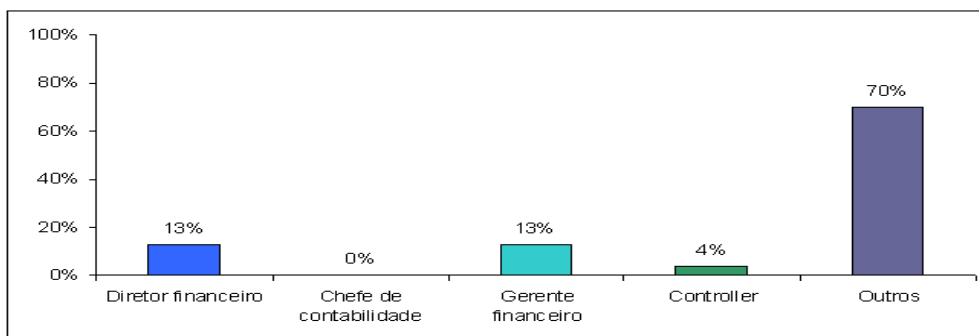


Gráfico 2 – Cargo do respondente

Fonte: Dados da pesquisa 2012/1.

Percebe-se que a maior parte dos profissionais (70%) não são vinculados diretamente a área financeira das empresas e somente 30% do universo pesquisado têm cargos efetivamente na área. Apesar dos resultados obtidos, o mesmo não compromete o atingimento dos objetivos do estudo conforme pode ser observado nas respostas dadas às questões propostas no questionário como um todo.

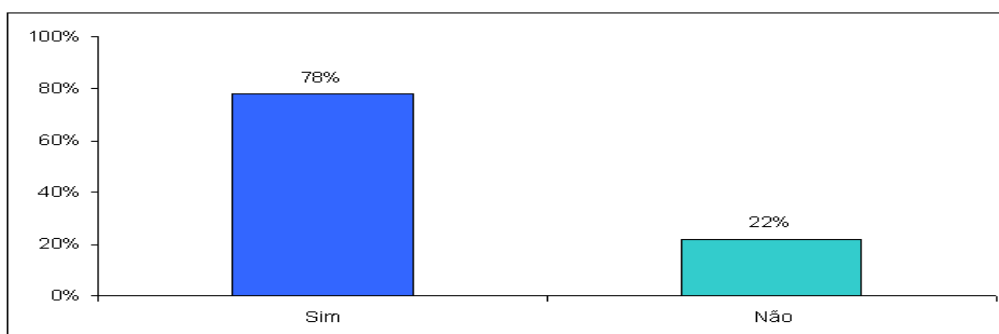


Gráfico 3 – Instrumento Contábil

Fonte: Dados da pesquisa 2012/1.

O gráfico 3 permite visualizar que a maior parte das empresas entrevistadas utiliza instrumentos de demonstração contábil (78%), sendo que somente 22% delas não o(s) utiliza. Com isso, é permitido concluir que as empresas amostradas buscam meios para realizar a sua contabilidade de forma a garantir uma melhor gestão da área financeira.

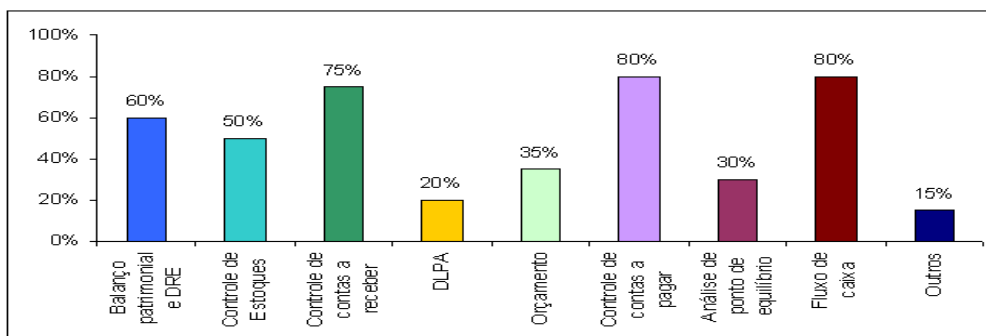


Gráfico 4 – Instrumento que apóia a tomada de decisão
Fonte: Dados da pesquisa 2012/1.

Percebe-se que, pelas respostas tabuladas no gráfico 4, as empresas pesquisadas utilizam diversos instrumentos contábeis em seus processos decisórios, com destaques para o fluxo de caixa e controle de contas a pagar (80%), bem como para o controle de contas a receber (75%), a partir do qual se conclui que as empresas utilizam a ferramenta estudada para suas tomadas de decisões.

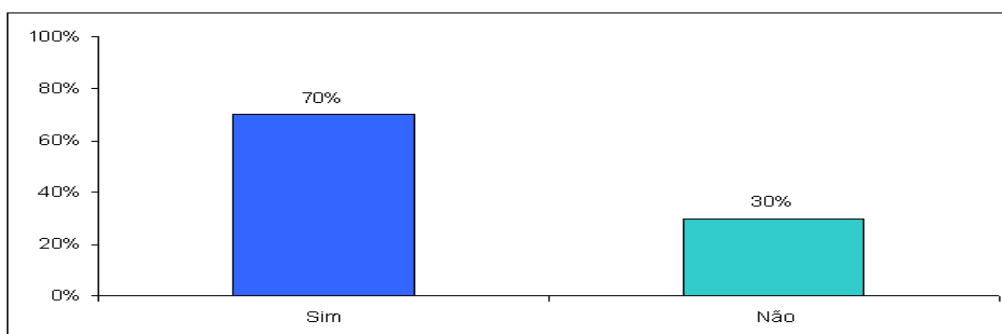


Gráfico 5 – Conhecimento dos ciclos: operacional, econômico e financeiro³
Fonte: Dados da pesquisa 2012/1.

No gráfico 5, observa-se que 70% das empresas respondentes conhecem e gerem seus ciclos operacionais, econômico e financeiro, o que facilita na gestão dos seus recursos e em processos decisórios. Perceba que, com base neste mesmo gráfico, 30% delas não conhece e gere estes ciclos, as quais precisam ser alertadas pela AGEAP para reverem tal procedimento.

³ De acordo com Athar (2005) ciclo operacional é o tempo médio entre a compra de mercadoria e o recebimento das vendas; o ciclo econômico é o período médio entre a mercadoria que se encontra no ativo da empresa e que ainda não foi efetivamente paga ou que foi vendida e ainda não houve o recebimento da mesma; e ciclo financeiro é o período médio entre o pagamento aos fornecedores e o recebimento das vendas efetuadas pela empresa.

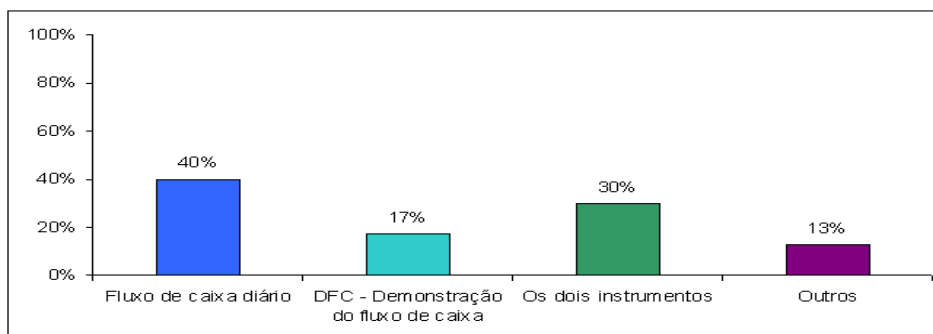


Gráfico 6 – Instrumento utilizado para definir a capacidade financeira
Fonte: Dados da pesquisa 2012/1.

É através dos investimentos que as empresas se sustentam e crescem em seus negócios. Quanto mais qualificados, estruturados e planejados estes investimentos, maiores as probabilidades de sucesso empresarial. Nas empresas pesquisadas, conforme gráfico 6, 40% utilizam o fluxo de caixa; 17% utilizam a Demonstração do Fluxo de Caixa (DFC); 30% utilizam os dois instrumentos e 13% utilizam outra ferramenta para definir a sua capacidade de investimento, permitindo constatar, no agregado, que 87% das empresas pesquisadas conhecem a ferramenta estudada e utilizam para tomadas de decisões, número bastante satisfatório para o setor de autopeças.

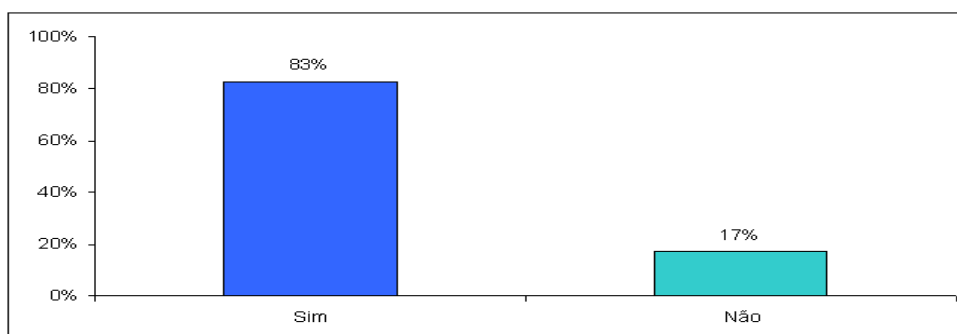


Gráfico 7 - Consideração da ferramenta Demonstração de Fluxo de Caixa (DFC) como imprescindível para o planejamento
Fonte: Dados da pesquisa 2012/1.

Dos respondentes, de acordo com o gráfico 7, 83% consideram a DFC (Demonstração de Fluxo de Caixa) imprescindível para o planejamento financeiro, contra 17% que assim não a qualifica, o que possibilita concluir que a ferramenta fluxo de caixa é de suma importância para a área financeira das empresas amostradas.

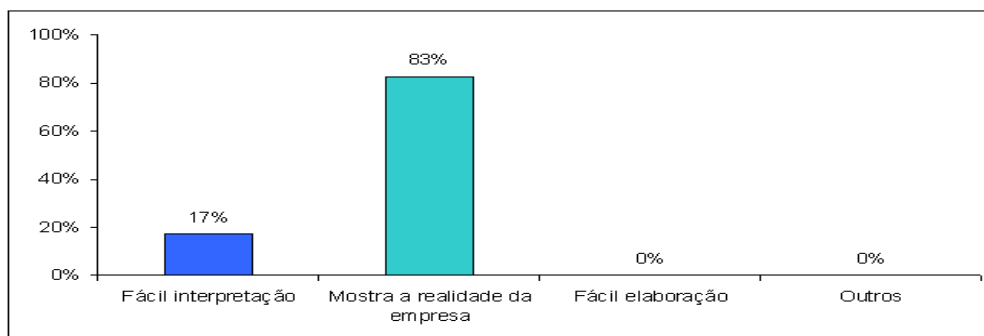


Gráfico 8 – Motivo da utilização do fluxo de caixa

Fonte: Dados da pesquisa 2012/1.

De acordo com a pesquisa, dados sintetizados no gráfico 8, a maioria das empresas (83%) acredita que o fluxo de caixa mostra a sua realidade financeira, daí sua hegemonia como instrumento de gestão para estes respondentes. Em oposto, 17% das empresas pesquisadas, utiliza o Fluxo de Caixa devido à sua fácil interpretação, o que precisa ser revisto e instruído sobre a importância dessa ferramenta financeira.

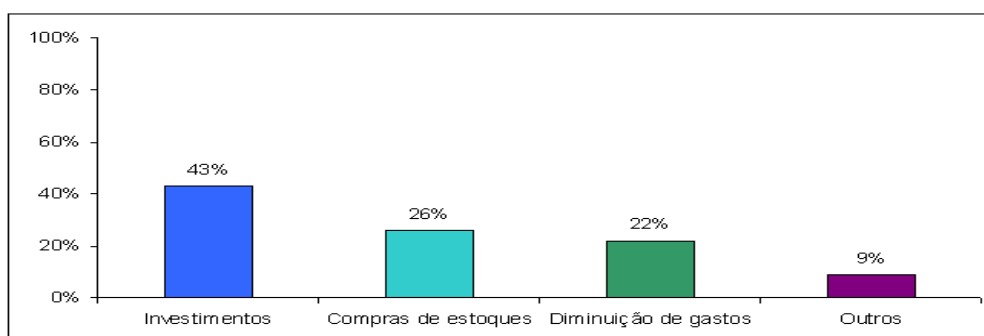


Gráfico 9 – Principal função do fluxo de caixa

Fonte: Dados da pesquisa 2012/1.

Pelo gráfico 9, percebe-se que o fluxo de caixa apóia as tomadas de decisões financeiras das empresas entrevistadas, pois 43% delas planejam os seus investimentos por meio desta ferramenta, 26% realizam a compras de estoques, 22% a utilizam para redução de gastos. Apenas 9% adotam outras funções para a ferramenta, as quais não foram detalhadas.

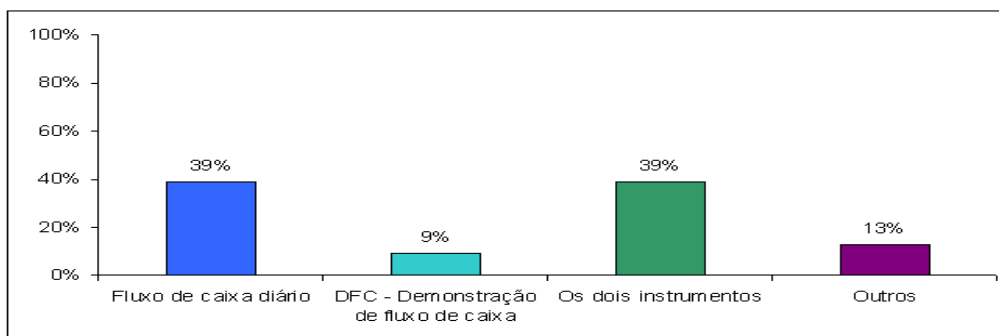


Gráfico 10 – Instrumento utilizado para projetar a capacidade de honrar compromissos com terceiros.

Fonte: Dados da pesquisa 2012/1.

Quando do planejamento financeiro, os gestores dão extrema importância à adimplência e à solvência de suas empresas. O gráfico 10, acima, tabula a importância das ferramentas em estudo para cumprimento daqueles dois princípios de gestão financeira. Observe que 87% das empresas pesquisadas utilizam informações oriundas do fluxo de caixa (Fluxo de Caixa Diário e DFC) para análise da sua capacidade de honrar compromissos com terceiros, contra apenas 13% que não o fazem.

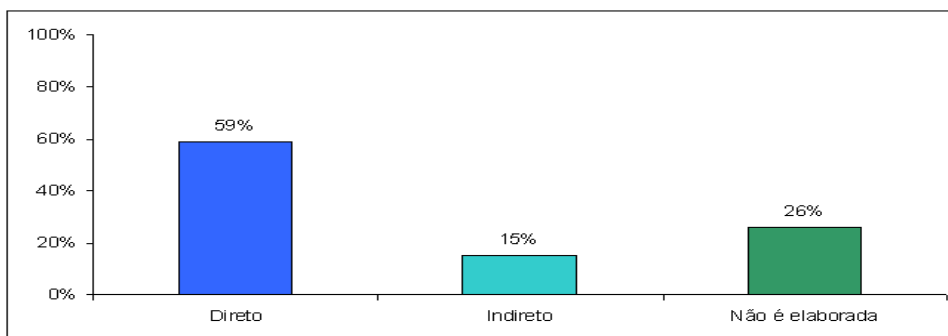


Gráfico 11 – Método da elaboração da DFC – Demonstração de Fluxo de Caixa.

Fonte: Dados da pesquisa 2012/1.

De acordo com a pesquisa, dados sintetizados no gráfico 11, 74% das empresas estudadas elaboram a DFC, sendo 59% por método direto e 15% pelo método indireto, enquanto 26% não elabora, número que também precisa ser informado e trabalhado pela AGEAP com seus associados.

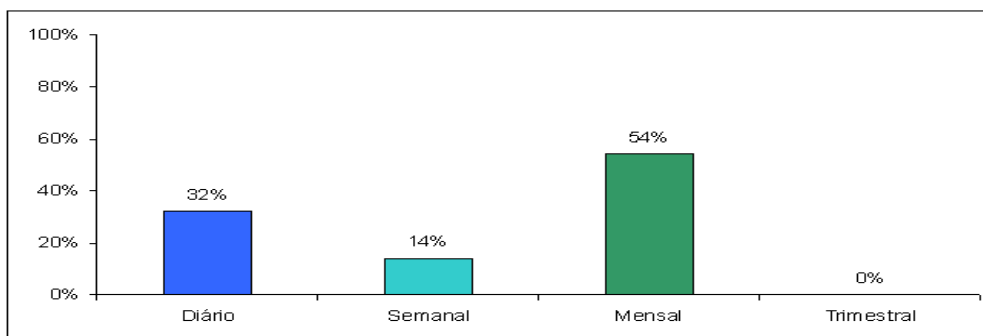


Gráfico 12 – Periodicidade de elaboração da DFC – Demonstração de Fluxo de Caixa.

Fonte: Dados da pesquisa 2012/1.

Nesta questão, o gráfico 12, apresenta que a maioria das empresas pesquisadas (54%) elabora a DFC mensalmente, contra 46% que o fazem em periodicidade menor, sendo possível confirmar que as informações financeiras são revisadas constantemente, ótimo indicador de gestão e planejamento financeiro profissional e responsável.

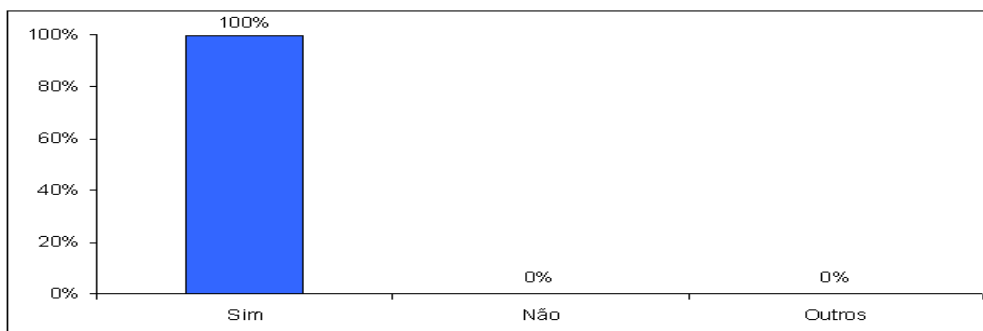


Gráfico 13 – Prevenção e correção das falta de caixa mediante o Planejamento Financeiro

Fonte: Dados da pesquisa 2012/1.

Por unanimidade, o gráfico 13 comprova que as empresas pesquisadas acreditam que o planejamento financeiro é imprescindível para as organizações, independentemente do segmento de negócios que atuam ou de que tamanho tenham, o que faz com que o tema do estudo apresentado seja de grande relevância para a gestão empresarial.

CONSIDERAÇÕES

É notório e inquestionável o fato de que a Administração Financeira tem ganhado maior espaço gerencial nas empresas, devido a sua contribuição para que estas possam alcançar seus objetivos organizacionais e, de fato, manterem-se no mercado.

O fato de se poder considerar a Administração Financeira como corpo de conhecimento altamente interdisciplinar com todas as áreas e setores da empresa, obrigam-se que as decisões sejam alicerçadas num planejamento financeiro adequado a realidade de cada empresa.

A revisão bibliográfica, a pesquisa de campo e outros importantes estudos sobre o tema, corroboram que o planejamento financeiro da empresa está intimamente ligado ao sucesso da mesma, o que permite concluir que o tema proposto neste estudo obteve êxito na solução do problema identificado e no alcance do seu objetivo geral.

Quanto ao primeiro objetivo específico, foi possível entender o que é a ferramenta fluxo de caixa e como ela apóia o planejamento financeiro e a sua importância para o mesmo. Em um segundo momento, ao realizar a pesquisa de campo, obtém-se êxito no segundo objetivo específico, pois foi identificado que 80% das empresas pesquisadas utilizam o fluxo de caixa. Por fim, o terceiro objetivo específico também foi atingido, já que 87% das empresas respondentes utilizam a ferramenta para definir a sua capacidade de investimento, 69% utilizam para planejar seus investimentos, 22% para redução de custos e 26% para aquisição de mercadoria, o que possibilitou verificar que o fluxo de caixa auxilia decisivamente as tomadas de decisões gerenciais.

Diante dos estudos realizados, considera-se que o fluxo de caixa é uma ferramenta bastante eficaz para realizar e acompanhar o planejamento financeiro da empresa, sendo fácil a sua elaboração e interpretação o que possibilita o seu uso por todos os tipos de empresas, desde as micro até as grandes empresas, contribuindo para que elas possam se antecipar aos fatos que envolvem recursos financeiros, mantendo uma saúde econômica e financeira e diminuindo as taxas de mortalidade empresarial.

BIBLIOGRAFIA

ATHAR, Raimundo Aben. **Introdução à contabilidade**. São Paulo: Prentice Hall, 2005.

FREZATTI, Fábio. **Orçamento empresarial: planejamento e controle gerencial**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2009.

GITMAN, Lawrence Jeffrey. **Princípios de administração financeira**. 10. ed. São Paulo: Pearson Addison Wesley, 2004.

HOJI, Masakazu. **Administração financeira na prática: guia para educação financeira corporativa e gestão financeira pessoal**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2009.

JÚNIOR, Antônio Barbosa Lemes; RIGO, Cláudio Miessa; CHEROBIM, Ana Paula Mussi Szabo. **Administração financeira: princípios, fundamentos e práticas brasileiras**. 2. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2005.

LUNKES, Rogério João. **Manual de orçamento**. 2. ed. - 3. reimpr. São Paulo: Atlas, 2009

MARCONI, Marina; LAKATOS, Eva. **Fundamentos da Metodologia Científica**. 5.ed. São Paulo: Atlas, 2003.

MARION, José Carlos. **Contabilidade básica**. 8 ed. – 2. reimpr. São Paulo; Atlas, 2007.

MATARAZZO, Dante Carmine. **Análise financeira de balanços: abordagem básica e gerencial**. 6 ed. – 8. reimpr. São Paulo; Atlas, 2008.

PADOVEZE, Clóvis Luís. **Contabilidade gerencial: um enfoque em sistema de informação contábil**. 7 ed. São Paulo: Atlas, 2010.

RIBEIRO, Osni Moura. **Contabilidade Comercial fácil**. 16.ed. ampl. e atual. São Paulo: Saraiva, 2009.

ROSS, Stephen; WESTERFIELD, Randolph W.; JAFFE, Jeffrey F. **Administração Financeira**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

SANTOS, Fernando de Almeida; VEIGA, Windsor Espenser. **Contabilidade com ênfase em micro, pequenas e médias empresas**. São Paulo: Atlas, 2011.

SEVERINO, Antônio Joaquim. **Metodologia do trabalho científico**. 23. ed. São Paulo: Cortez, 2007.

<http://www.agenciasebrae.com.br/noticia.kmf?canal=214&cod=11710663> acessado em 06/11/2011 às 13:02 h

http://www.bndes.gov.br/SiteBNDES/export/sites/default/bndes_pt/Galerias/Arquivos/empresa/download/apresentacoes/Coutinho_CenarioEconomicoeMPE_set10.pdf acessado em 06/11/2011 às 15:07 h

<http://www.sebrae.com.br/uf/goias/indicadores-das-mpe/classificacao-empresarial> acessado em 07/11/2011 às 14:13 h

http://www.sebraemg.com.br/arquivos/parasuaempresa/saibamais/fluxo_caixa_sp.pdf f acessado em 21/10/2011 às 09:49 h